

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Requerimento nº de 2011
(Do Sr. Domingos Dutra)

Requer a participação da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para debater, atuar e intermediar na resolução dos graves conflitos que assolam o Estado do Maranhão em decorrência da Greve dos Policiais do Estado do Maranhão.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do RICD, que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado participe na intermediação da resolução dos graves conflitos que assolam o Estado do Maranhão em decorrência da Greve dos Policiais, envolvendo o Governo do Estado do Maranhão e os Policiais Militares, Corpo de Bombeiros e Policiais Civis que estão paralisados deste o dia 23 do corrente mês e acampados no pátio da Assembleia Legislativa , mediante as seguintes ações:

- 1) Que V. Exa agende audiências urgentes com os Ministros da Defesa, Sr. Celso Amorim; Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo; Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Sr^a, Maria do Rosário; e Ministra da Casa Civil, Sr^a Gleisi Hoffmann para que tenham ciência da gravidade do conflito no Maranhão;
- 2) Que seja encaminhado expedientes aos Ministros acima citados e à Presidenta da República, Dilma Rousseff, contendo exposição do conflito existente conforme relatado contido na justificativa abaixo;
- 3) Que seja requerido à Presidência da República o envio, em caráter de urgência, de representante do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos ao Estado do Maranhão para contribuírem nas negociações e ao

mesmo tempo, enquanto observadores civis, relatarem o conflito de forma imparcial, contendo as verdades de todas as partes; e

4) Que V. Exa e esta Comissão contribuam para aprovação do Projeto de Lei 2791/2011, de autoria deste Signatário e dos deputados Weverton Rocha (PDT/MA), Ribamar Alves (PSB/MA), Waldir Maranhão (PP/MA) e Edvaldo Holanda Júnior (PTC/MA), que concedo anistia aos militares e ao corpo de bombeiros militares do Estado do Maranhão.

JUSTIFICATIVA

O Estado do Maranhão está na iminência de ocorrer uma tragédia. O Sistema de Segurança do Estado simplesmente parou suas atividades. Os policiais militares e corpo de bombeiros abandonaram os quartéis e o policiamento preventivo. Os policiais civis abandonaram as delegacias. Os agentes penitenciários realizam operações padrões, com risco de rebeliões nos presídios.

Deste o dia 23 de novembro os policiais militares e o corpo de bombeiros acamparam no pátio do Prédio da Assembleia Legislativa do Maranhão, sendo acompanhado, desde o dia 28 de novembro, pelos policiais civis, muitos deles armados e dispostos a reagirem a qualquer tentativa de desalojamento.

Esta situação grave decorre da insanidade, do autoritarismo, da insensibilidade e da falda de credibilidade do Governo do Estado, em especial da Governadora Roseana Sarney.

No dia 07 do corrente mês, os policias militares e corpos de bombeiros pararam suas atividades, dirigindo-se à Assembleia Legislativa. No dia seguinte, 08 de novembro, o Governador em Exercício, Washington Luiz, o Presidente da Assembleia, Dep. Arnaldo Melo, o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Jamil Gedeão (que haviam exercido o cargo de Governador interinamente) e o Líder do Governo na Assembleia Legislativa, Dep. Manoel Ribeiro, todos, em nome do Governo do Estado do Maranhão, prometeram apresentar no prazo de quinze dias uma proposta aos militares para atender as suas reivindicações, desde que os manifestantes parassem o movimento e retornassem

aos quartéis e às suas atividades. Imediatamente os militares e corpo de bombeiros aceitaram a proposta do Governo, retornando às suas atividades.

Ocorre que a Governadora Roseana Sarney ao reassumir o Governo, desmoralizou o Vice Governador, desautorizou o Presidente da Assembleia, ridicularizou o Presidente do Tribunal de Justiça e tripudiou sobre o seu Líder Deputado Manoel Ribeiro. E, ao invés de apresentar a proposta ao militares, preferiu requerer ao Governo Federal a Força Nacional e o Exército Brasileiro para constranger os militares e o corpo de bombeiros maranhenses.

Esta posição insensata, irracional e autoritária incendiou os militares e o corpo de bombeiros, os quais desde o dia 23 estão acampados com seus familiares no pátio da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. A paralisação é total: 100% dos militares e corpos de bombeiros do Maranhão estão parados, inclusive a tropa de choque e a guarda especial de proteção à Governadora. Nas cidades de Imperatriz, Balsas, Timon, Caxias, Bacabal, Chapadinha, Pinheiro e nas demais a adesão ao movimento é unânime. Por sua vez, no dia 28 de novembro, os policiais civis também pararam suas atividades.

Diante da gravidade do conflito, na reunião do dia 23 de novembro, última quarta feira, solicitei à Presidência desta Comissão, Deputado Mendonça Prado, que nos ajudassem na mediação de uma solução para o impasse, tendo em vista a sua autoridade institucional e a experiência acumulada em outros movimentos semelhantes.

Da mesma forma, embora sendo deputado de oposição ao governo, solicitei à Bancada do Maranhão, coordenada pelo irmão da Governadora, Deputado Sarney Filho, que a bancada contribuísse com a mediação do conflito, proposta aprovada por unanimidade. Na oportunidade, o Deputado Sarney Filho alegando parentesco com a Governadora designou o Deputado Sétimo Aquim para fazer os contatos necessários à abertura das negociações, sendo indicado o dia 28 de novembro, segunda feira, para esta mediação, fato que não correu.

No dia 28, o Presidente desta Comissão, Deputado Mendonça Prado, e os deputados Ribamar Alves, Weverton Rocha, Waldir Maranhão e o Signatário deste Requerimento estiveram em São Luis do Maranhão com o objetivo e missão de ajudarem na solução do grave conflito.

Logo pela manhã os parlamentares mantiveram contatos proveitosos com os militares, corpo de bombeiros e suas lideranças. Em seguida mantiveram

longa e proveitosa reunião com o Deputado Arnaldo Melo, Presidente da Assembleia Legislativa. Este tem tido uma postura elogiável, de cautela e de mediação diante do impasse, apesar das pressões dos setores conservadores que desejam ver uma carnificina no Estado.

Em seguida, tentamos agendar uma audiência com a Governadora do Estado, a qual, de forma desrespeitosa simplesmente vetou a Bancada Federal do Maranhão e, através de recados, desprezando os canais institucionais, avisou que só receberia o Presidente desta Comissão, Deputado Mendonça Prado, insinuação que foi de pronto rejeitada.

Por último, a comissão de parlamentares federais, acompanhada pelos deputados estaduais Bira do Pindaré, Liziane Gama e Neto Evangelista mantiveram, longa, proveitosa e produtiva reunião na sede do 24º Batalhão de Caçadores, com o General Gomes de Matos, que comanda as operações; com o Coronel Medeiros Filho; e com o Cel. Flavio Peregrino, comandante do Exército Brasileiro no Maranhão. Nesta reunião, os parlamentares informaram e suscitaram ao General Gomes de Matos:

- 1) que tivesse o máximo de cautela na operações para não acirrar os conflitos, com consequências negativas para a imagem do Exército e do Governo Federal;
- 2) que os informes para os escalões superiores contivessem a versão das partes em conflitos, evitando parcialidade nas informações;
- 3) que qualquer ação que implicasse conflito com os grevistas só fosse executada após autorização da Presidente Dilma, tendo em vista que qualquer tragédia que vier ocorrer as responsabilidade serão colocados nos ombros do Exército Brasileiro e da Presidente da República;
- 4) que qualquer ação de execução que implique confronto com os militares fosse comunicado aos parlamentares presentes, já que todos estavam de forma institucional tentando mediar o conflito;
- 5) que a presença do Exército involuntariamente impedia as negociações, fortalecendo a posição de intransigência do Governo do Estado em não negociar com os grevistas; e
- 6) por fim, sugerimos que o General Gomes fosse o mediador da seguinte proposta: a constituição de uma comissão de negociação composta por um representante do Exército, três representantes do

Governo do Estado, o Presidente da Assembleia Legislativa, o Presidente do Tribunal de Justiça, a Procuradora Geral de Justiça, o Presidente da Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado da Câmara Federal, Deputado Mendonça Prado, e um representante das Bancada Federal do Maranhão.

De imediato, o General considerou sensata a proposta, ficando marcado para ontem, dia 29 de novembro, às dez horas, uma reunião entre os representantes do Exército e da Governadora do Estado.

Pelo exposto e considerando a intransigência do Governo comandado pela Governadora Roseana Sarney, tendo em vista que a Assembleia Legislativa suspendeu suas atividades por tempo indeterminado, fato que aumenta as tensões no Estado; considerando que pode haver uma carnificina no Maranhão com morte de policiais militares, policiais civis, corpo de bombeiros, do exército e familiares caso o Exército tente executar qualquer ação que implique confronto com os grevistas e tendo em vista as competências legais, regimentais e constitucionais desta Comissão, é que apresentamos o presente Requerimento.

“Justiça se Faz na Luta!”

Domingos Dutra

Deputado Federal – PT/MA